



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27239 - DF (2021/0010720-7)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
IMPETRANTE : **ADRIANO FREITAS SANTOS**
ADVOGADO : **MARIVALDO LUIZ VIEGAS DA ROCHA JUNIOR - RJ202532**
IMPETRADO : **MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA**
IMPETRADO : **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA**
PREVIDENCIA - DATAPREV
IMPETRADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por ADRIANO FREITAS SANTOS, contra ato do Presidente da CEF, Ministro da Cidadania e do Presidente da DATAPREV.

A parte impetrante alega, em síntese, que:

"O impetrante, em 07/04/2020, requereu o Auxílio Emergencial, disponibilizado pelo Governo Federal para os cidadãos afetados pelos efeitos da pandemia COVID-19, ao qual tiveram uma diminuição ou prejudicados seus rendimentos, devido a sanções de isolamento social impostas pelo poder público em todo território nacional desde que preenchidos alguns dos requisitos estipulados na lei.

Todavia o Impetrante obteve deferimento em sua solicitação, recebendo a primeira parcela do benefício em 17/04/2020. Entretanto, ao consultar o aplicativo para saber a data em que receberia a segunda parcela, o Impetrante obteve informação que o valor havia sido enviado para o banco, porém dirigir-se à instituição bancária para realizar a retirada foi impedido, com a informação "Bloqueada", e os atendentes não souberam informar acerca da negativa.

[...]

A) Em caráter liminar, que seja concedido a tutela de urgência para implantação do Auxílio Emergencial pelo período de 05 (cinco) meses no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada parcela, conforme redação da Lei 13.982/2020 ou decorrido o prazo de pagamento seja determinado o depósito do valor remanescente, ou seja, as 04 (quatro) parcelas perfazendo um total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devidamente atualizados;"

O Mandado de Segurança foi impetrado na Justiça Federal, tendo o Juízo da 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro declinado da competência para o Superior Tribunal de Justiça (fls. 55-56).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro a gratuidade da justiça.

A pretensão não merecer prosperar, em relação ao Ministro da Cidadania, pois manifesta a ilegitimidade passiva do Ministros de Estado no caso em apreço.

Com efeito, o impetrante não indicou qual o ato de efeitos concretos da referida autoridade teriam violado direito líquido e certo seu.

Há uma narrativa, tão somente, de que o seu requerimento para obtenção do auxílio emergencial, previsto na Lei 13.982/2020, formulado em aplicativo disponibilizado pela Caixa Econômica Federal, foi bloqueado.

Contudo, não há indicação no sentido de que tal indeferimento tenha se dado por ato praticado pelo Ministro de Estado, razão pela qual é manifesta a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo do presente *mandamus*. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO EMERGENCIAL. COVID. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATO PRATICADO PELO MINISTRO DA CIDADANIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

I - Trata-se mandado de segurança com pedido de liminar inaudita altera pars objetivando a correção de seus dados perante e concessão do auxílio emergencial à impetrante. Nesta Corte, determinou-se a remessa dos autos à Justiça Federal da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF.

II - Não existe nos autos comprovação de qualquer ato praticado pelo Ministro da Cidadania, mas somente uma documentação - mensagem eletrônica - originária da Caixa Econômica Federal, informando a impetrante acerca da negativa do benefício (fls. 33-37).

III - Aliás, como informa a própria impetrante, mensagem recebida pelo aplicativo da CEF. Nesse panorama, a competência se firma a favor do Juízo federal, nos termos da seguinte disposição constitucional.

IV - Agravo interno improvido. (AgInt no MS 26091/DF, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe de 02/10/2020, grifo meu).

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 212 do RISTJ, 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 e 485, VI, do CPC/2015, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, em relação ao MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA.

Custas, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25 da Lei 12.016/2009.

Oportunamente, encaminhem-se os autos à Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, para que seja examinada a impetração em relação aos demais impetrados.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência